

POLÍTICA EM MAQUIAVEL E ESPINOSA

Aluno: Luiza Ribeiro Borges
Orientador: Ana Luiza Saramago Stern

I. Introdução

Esta pesquisa consiste em uma análise do pensamento de Maquiavel em suas duas principais obras: “O Príncipe” e “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”. Nicolau Maquiavel nasceu na segunda metade do século XV, em Florença, na Itália e é considerado um dos maiores intelectuais do período chamado Renascimento. O contexto político que se encontrava esse período se caracterizava por uma grande instabilidade devida às diversas disputas políticas.

Seu livro “O Príncipe” é considerado por muitos como manual político para governantes que almejassem não só se manter no poder, mas ampliar suas conquistas. Essa obra foi produzida prestando atenção à questão da legitimidade do poder pelos governantes, pelo príncipe. Essa legitimação do poder seria essencial para a questão da conquista e preservação do Estado, cabendo ao bom príncipe ser dotado de virtú e fortuna, sabendo como articulá-las.

Neste livro, a conduta moral e a ideia de virtude como valor para bem viver na sociedade não poderiam ser limitadores da prática política. Enquanto a virtú diz respeito às habilidades ou virtudes necessárias ao governante, a fortuna trata-se do acaso, da sorte, da condição dada pelas circunstâncias da vida. Porém, antes de Maquiavel, a ideia de virtú e fortuna era dita pelo cristianismo, com ele, o conceito sobre a fortuna tornou-se pejorativo, símbolo de busca indiscriminada e vã pelo poder. Para os cristãos, a fortuna deixava de ser fonte de felicidade, já que por seus preceitos, ao homem era dada a verdadeira felicidade somente no além-mundo, de acordo com a moralidade exercida pelos indivíduos na vida terrena. Já para Maquiavel virtú não se confunde com moral e o objetivo maior da política é manter a estabilidade social e do governo a todo custo, uma vez que o contexto europeu era de guerras.

Ao que se trata à obra “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, Maquiavel apresenta uma nova forma de pensar política. É possível perceber que nesta obra, Maquiavel defende arduamente a implementação de uma república como forma de governo. Essa ideia tem como um de seus fundamentos, o sucesso da republica romana e, principalmente, o sucesso da constituição mista romana.

Para que a república conseguisse triunfar, Maquiavel defendia a ideia de que era necessária a participação do povo na vida pública e para que isso fosse possível, era preciso confiar ao povo à preservação da liberdade. E para que o povo fosse realmente um guardião da liberdade era preciso que ele tivesse mais participação no poder, garantindo, assim, uma maior participação de todos e evitando uma maior discrepância entre os mais poderosos e os com menos participação política.

Analisados os principais conceitos políticos de Maquiavel chegamos à parte da pesquisa onde relacionamos os pensamentos de Maquiavel e Espinosa. Sobre este segundo autor, podemos ver que no livro “Política em Espinosa”, a professora Marilena Chauí faz um estudo do pensamento político do filósofo Espinosa, e explica como ele demonstrou que a democracia é o mais natural dos regimes políticos. São dois os principais alvos do pensamento político do filósofo Espinosa. O primeiro é determinar o regime de governo mais favorável ao convívio dos homens - para o filósofo, é a democracia. O segundo, é o exame dos principais obstáculos a esse regime. Para Espinosa, os maiores impedimentos à vida democrática são a superstição e a divisão social. A superstição serve de álibi para regimes que buscam seu fundamento nas religiões, e a divisão da sociedade em classes leva a excluir partes dessa sociedade das decisões políticas.

II. Objetivo

Analisar as diferentes concepções presentes nas obras de Maquiavel acerca do campo político. Estudar os principais temas políticos tratados por Maquiavel em suas duas principais obras: “O Príncipe” e “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”. Como também, comparar a visão de Espinosa em seu “Tratado Político”, com os mesmos temas tratados por Maquiavel no livro “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”.

III. Metodologia

Foi feito um estudo com o objetivo de estabelecer uma relação entre dois grandes autores, Nicolau Maquiavel e Espinosa. Nesse estudo foram, utilizadas as duas obras mais conhecidas de Nicolau Maquiavel, “O Príncipe” e “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, relacionando, principalmente, seus pontos em comum e as diferentes visões de Maquiavel sobre o tema da política. Mas, além disso, foi feita uma comparação entre a visão de Maquiavel e a visão de Espinosa sobre os aspectos em comum de suas obras.

Esse estudo foi dividido em três momentos. Em um primeiro momento, realizou-se um estudo sobre o contexto histórico em que Maquiavel viveu, o levando, assim, a produzir a primeira de suas duas principais obras. No segundo momento, estudou-se a obra “O Príncipe”, analisando suas principais características e suas principais ideias sobre a política que, pode-se dizer, até hoje são citadas quando se trata do assunto da relação entre governantes e povo. Além disso, foi feito um estudo de sua obra chamada “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, analisando a nova visão de Maquiavel sobre a política. Visão, esta, cuja maior característica é a ideia republicana de governo.

Por fim, no terceiro momento da pesquisa foi realizado um estudo sobre a visão de Espinosa sobre a mesma relação entre governante e governados. Visão, esta, que foi estudada através dos primeiros capítulos do “Tratado Político” de Espinosa e das obras da Marilena Chaui que buscam analisar o pensamento político de Espinosa.

IV. Resultados da Pesquisa

1. Contexto Histórico

Maquiavel nasceu na segunda metade do século XV, em Florença, na Itália; ao escrever uma de suas maiores obras “O Príncipe”, o contexto político em que se encontrava a Itália era marcado por uma instabilidade, devido a diversas disputas políticas pelo controle e pela manutenção dos domínios territoriais das cidades/estados.

Além disso, nesta época percebia-se um grande conflito também entre duas tendências, a da visão defendida pelo cristianismo que se baseava na ideia de que só se atinge a verdadeira felicidade no além-mundo. E a outra visão, que Maquiavel defendia, que se constituía na ideia de que a felicidade era associada tanto à virtú quanto à fortuna e esta última, por sua vez, se definiria no acaso, na sorte.

Este período de instabilidade, dito acima, teve seu auge com o fim da República de Florença em 1512. Essa fragmentação mantinha atrasado o desenvolvimento político italiano, não havendo nenhum poder em condições de unificar o país. A Igreja, por sua vez, na época, não tinha o interesse na unificação, já que a possibilidade desta poderia acarretar perda de fiéis.

A disputa constante pelo poder demonstrava cada vez mais o quanto a Itália estava fragilizada, deixando-a assim, à mercê das investidas da França, Espanha e Alemanha.

Ao escrever “O Príncipe”, Maquiavel deixa claro o desejo de ver uma Itália poderosa e unificada. Esta obra é considerada um manual político sobre a conduta do príncipe, sobre as melhores formas de o soberano tomar o poder e conservá-lo, já que nela ele analisa a conduta que o governante deve adotar e a relação que ele deve manter com seu povo.

Porém, já ao escrever o livro “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio”, Maquiavel defende a forma de governo republicana de acordo com o modelo da República de Roma Antiga.

2. O Príncipe e os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio

2.1 O Príncipe

Na obra “O Príncipe”, o autor apresenta as principais formas de conquistar e de se manter no poder. Para Maquiavel, essas duas características são os dois grandes objetivos que um príncipe deve atingir superando, se precisar, qualquer condição adversa que surgir.

Para Maquiavel, o príncipe deve se valer do uso da força, poder e armas do Estado em favor do próprio povo, já que para ele, o triunfo do mais forte é o fato essencial da história humana.

O príncipe deve, acima de tudo, utilizar a história como um guia para seus passos, se utilizando não só dos bons exemplos daqueles que conseguiram se manter no poder, como também se utilizar das histórias daqueles que não conseguiram atingir o poder ou se manter muito tempo como um exemplo a não ser seguido.

“Um homem prudente deve, portanto escolher os trilhos já percorridos pelos grandes homens e imita-los; deste modo, ainda não sendo possível correr fielmente por esse caminho, nem atingir pela imitação inteiramente as virtudes dos grandes” (O Príncipe, cap. VI).

Pode-se perceber também que Maquiavel constantemente cita a ideia de que se deve sempre conciliar as leis com o uso de armas. Pois, assim, o príncipe terá uma situação favorável em seu governo, uma vez que um principado regido por leis rígidas dá pouca margem para a possibilidade de surgirem rebeliões. E, além disso, num principado cujo povo é obediente e militarmente forte, as chances para que haja alguma invasão por parte de outro Estado se tornam mínimas.

É possível perceber, claramente, que durante a obra o autor julga a estabilidade política uma das características mais importantes para um principado bem sucedido. Estabilidade esta, que deve ser atingida a qualquer custo, seja o principado hereditário ou principado conquistado pela virtú.

Maquiavel fala então, sobre uma das principais características de sua obra, as maneiras de conquistar, preservar e perder o poder político que podem se dar por meio da virtú ou da fortuna.

Para um bom governante ter sucesso, a virtú não pode ser entendida como a virtude da moral cristã que era defendida na época. A virtú em Maquiavel expressa a capacidade do governante, sua sabedoria/habilidade ou virtudes necessárias ao governante. Ou seja, a capacidade de o governante agir conforme o que for necessário para a manutenção do Estado mesmo que isso implique em medidas severas prejudicando assim, sua relação com seu povo.

Já a fortuna, pode-se dizer que se refere ao acaso, à sorte ou a condição dada pela circunstância da vida.

Um bom governante deveria fazer um bom uso da virtude e com ela dominar a fortuna. Maquiavel ao tentar explicar como é possível essa relação entre a virtude e a fortuna faz uma comparação. A fortuna é comparada com um rio turbulento que, ao tentar ser domado, destrói tudo o que vê pela frente. Através dessa comparação, Maquiavel busca explicar que a fortuna mesmo parecendo não poder ser controlada, pode ser conduzida ou aproveitada pelo seu príncipe virtuoso.

"... quando um príncipe deixa tudo por conta da sorte, ele se arruína logo que muda. Feliz é o príncipe que ajusta seu modo de proceder aos tempos, e é infeliz aquele cujo proceder não se ajusta aos tempos". (Maquiavel, 2002, p. 264).

Para Maquiavel, os que se tornam príncipes pela virtude têm mais dificuldade em se instalar nos principados, mas mais facilidades para mantê-los posteriormente. Isso, porque, para que um príncipe conquiste um principado pela sua virtude necessita usar toda a sua capacidade e suas virtudes buscando ganhar a confiança do principado para instalar um bom governo. Sendo, assim, posteriormente, quando já se encontra no poder, não enfrenta grandes dificuldades uma vez que sua relação com o povo foi construída em cima de sua virtude.

Já aquele que se torna príncipe pela fortuna tem mais facilidade em se instalar nos principados, mas mais dificuldade em mantê-lo. Isso, porque, para a conquista do território o príncipe se utiliza do acaso, da sorte podendo, muitas vezes, ser favorável para a dominação. Porém, para manter esse principado sob seu governo apenas com a sorte é praticamente impossível, tendo que, assim, após a conquista instalar um governo que utiliza-se da força para manter a estabilidade criando na população um sentimento de medo.

Junto disso, para Maquiavel, para que um príncipe faça um bom governo, com estabilidade política, ele deve ser liberal, generoso, clemente e não cruel, pois a partir dessas características ele conseguirá construir uma boa relação com seu povo. Porém, se o príncipe não for rígido e cruel em certas situações não conseguirá atingir a estabilidade política necessária para governar, podendo, então, enfrentar guerras dentro de seu próprio principado para a sua retirada do governo. Com isso, chega-se à conclusão de que o príncipe deve ser, sim, amado pelo seu povo, mas como não é possível ele ser temido e amado ao mesmo tempo,

ele deve optar pela opção de ser temido, uma vez que, ao ser temido conseguirá controlar mais seu principado.

Mas, o príncipe nunca pode ultrapassar a ideia de ser temido e passar a ser injusto com aqueles que são bons súditos. Ser temido não significa que o príncipe é odiado, por isso ele deve prestar atenção a essa linha tênue entre ser odiado e temido. Diz Maquiavel que o príncipe: “deve abster-se de atentar, seja contra os bens súditos, seja contra a honra das mulheres”.

Por último, Maquiavel ao descrever, o que para ele seria, o príncipe ideal, realiza uma comparação entre o homem e dois animais: o leão (força) e a raposa (astúcia). O príncipe deve se utilizar da força quando necessário para defender seu principado de qualquer ameaça que acarrete a perda de seu território, ou seja, ele deve agir como um leão. Mas, ao mesmo tempo, ele deve agir como uma raposa, se utilizando da astúcia, prestando atenção em tudo a sua volta, julgando quando for conveniente a ele ou não o uso da força, nunca deixando passar uma informação sequer. Assim, o príncipe irá possuir as duas qualidades que irão acompanhá-lo durante todo seu reinado. Ao utilizar-se das duas, o príncipe consegue ser leal, justo ao se utilizar das leis e ao mesmo tempo, esperto e atento evitando possíveis traições.

2.2 Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio

Podemos perceber que essa obra é dividida em três partes ou livros: no primeiro, Maquiavel trata do funcionamento interno das repúblicas; no segundo, aborda basicamente questões militares; e, no terceiro, discute a ascensão e queda das repúblicas, isto é, da dinâmica dos Estados.

Nesta obra, Maquiavel, constantemente faz comparações entre a sua tentativa de descobrir uma nova maneira de pensar política com navegações. Ao buscar superar seu tempo e empreender uma navegação nos mares da teoria política, ele sabia que estava entrando num terreno perigoso e quase tão arriscado quanto aos das navegações. Navegações estas que podem acarretar riscos, com a possibilidade de dar errado já que pensar contra seu tempo implica riscos.

No primeiro capítulo de sua obra, Maquiavel decide começar essa nova procura, pois ele sabia que as formas de pensar a política no seu tempo estavam esgotadas, não existindo outro caminho a não ser o dos mares revoltos, ou seja, a não ser o caminho da busca por um novo pensamento. Para isso, ele se utiliza das histórias do passado, mesmo que algumas delas venham a se revelar inúteis; ele se utiliza, principalmente, da história da república romana, já que ele estava convencido de que se deve implementar um governo popular sempre que as condições forem propícias para esse tipo de regime.

Nos capítulos iniciais desta obra, Maquiavel descreve o ciclo das formas de governo, partindo da classificação aristotélica das três formas boas de governo e sua possível degenerescência, observando o princípio dinâmico da passagem de umas a outras, e, por último, o triunfo da democracia. Através dessa ideia e, por ser um grande fã da república romana, ele mostra também como triunfou a constituição mista romana ao integrar as três formas boas de governo, unificando-as e estabilizando-as.

Maquiavel, assim, constrói a república nos Discursos dentro do esquema de governo misto. O tumulto da plebe e a iniciativa popular de fato são elementos de defesa da liberdade, e nelas se reflete o progresso das instituições.

Para que se estimule a participação do povo na vida pública, segundo Maquiavel, é preciso confiar a ele a preservação da liberdade. Algumas características devem estar presentes para que o povo funcione efetivamente como um guardião da liberdade: a instância última de julgamento de uma cidade, ao menos em relação à violação ou não de sua liberdade, deve ser o próprio povo, e não algum magistrado investido de poderes pessoais. Evitando, assim, que poucos sejam favorecidos, ressaltando o protagonismo dos muitos diante dos poucos.

Para Maquiavel a participação popular traz consequências, não havendo como esperar participação política pacífica e não conflituosa. O conflito decorrente da intensa participação política do povo nos negócios da cidade, para muitos é a maior e mais importante contribuição de Maquiavel às formulações dos teóricos que lhe sucederam.

Nesta obra, Maquiavel afirma inúmeras vezes que a participação popular na política é imprescindível para a guarda da liberdade. Ele defende ainda que as boas leis, isto é, as leis que garantem a liberdade, surgem exatamente desse conflito, dos tumultos populares, com

isso, não se pode suprimi-los sem que a liberdade também seja. Conseqüentemente, o conflito passa a ser, assim, um elemento constitutivo fundamental à uma comunidade política que procura manter a liberdade sob a guarda de seu povo.

A partir dessa ideia, a supressão do conflito gera, necessariamente, a supressão da liberdade. A partir desse pressuposto, o autor defende a ideia de que se deve criar formas institucionais que consigam dar vazão aos conflitos sem que o governo seja posto em risco, pois com a estabilidade política é possível se ter ampla participação popular.

Maquiavel, de acordo com sua obra “O Príncipe”, defende o principado como forma de governo ideal para o momento de fundação de um novo Estado ou para o momento de reorganização de um estado decadente, que necessita de uma nova liderança. Já nesta obra, os “Discursos”, Maquiavel defende que a forma de governo ideal ao momento posterior da fundação é a República, uma vez que o governo que é feito com participação popular tem menor chance de chegar ao fim, já que um povo livre da tirania é capaz de encontrar forças e motivação para que seu governo só tenha a avançar.

Não se pode deixar de destacar, mais uma vez, um aspecto decisivo na concepção de República em Maquiavel: o papel atribuído aos conflitos e às decisões do corpo político. Maquiavel, diferentemente de muitos outros pensadores da história, não via na unidade o objetivo maior da vida em comum dos homens, pois o desejo de alcançá-la pode levar à destruição da liberdade. Um regime livre é aquele capaz de acolher em suas instituições as disputas e as diferenças de seus cidadãos.

Com isso, chega-se a conclusão de que o pensamento de Maquiavel sobre a República nada mais é que um pensamento contra a tirania e para poder resistir a ela, a democracia deve ser não apenas forte, mas deve sempre se armar. Na república, a principal arma é seu povo, este por sua vez deve ser preservado por uma constituição aberta que promova a convergência de todos os segmentos da sociedade. Para que isso seja possível, é preciso que a república seja estabelecida na ideia da igualdade.

3. Espinosa

Espinosa é considerado por muitos um filósofo da liberdade, pois enfrentou os poderes estabelecidos na sua época e as tradições do pensamento teológico-metafísico, além de enfrentar os riscos e perigos decorrentes das suas ideias. Ideias, estas, que se expressam em sua obra ao percorrer os caminhos tanto da servidão humana, individual e política, quanto da liberdade humana, individual e política.

São dois os principais alvos do pensamento político de Espinosa. O primeiro é determinar o regime de governo mais favorável ao convívio dos homens que, para Espinosa, é a democracia. O segundo é o exame dos principais obstáculos a esse regime. Para Espinosa, os maiores impedimentos à democracia são a superstição e a divisão social. A superstição serve de álibi para regimes que buscam seu fundamento nas religiões, e a divisão da sociedade em classes leva a excluir partes dessa sociedade das decisões políticas.

Em Espinosa, o político é um modo da natureza, sendo assim, tanto o soberano como os súditos, tanto o estado como povo, afirmam a sua individualidade através da resistência a todos os que tentem subordiná-los à sua jurisdição. A atividade de cada indivíduo constitui sempre um esforço de libertação, de redução da dependência. Os indivíduos, da mesma forma que podem entrar em guerra, podem também encontrar modos de cooperação. Isso graças a situações ou desafios comuns que geram afetos comuns, seja por medo ou por esperança, superando assim as divergências e anulando a instabilidade nas relações.

Numa época em que o pensamento político afirmava que a estabilidade e a paz só podiam ser garantidas por um Estado forte como a monarquia absoluta, Espinosa demonstrou que a democracia é o mais natural dos regimes políticos, pois é o único que satisfaz ao desejo de todo ser humano de governar e não ser governado.

Espinosa, em suas obras, demonstrou que nada há de mais perigoso para a liberdade, segurança e paz num governo do que a fundamentação religiosa na política. Indo, assim, contra a ideia que era sustentada na época de que os governantes representavam o poder de Deus e governavam por mandato divino.

“(…) é livre o que existe somente pela necessidade de sua natureza - trata-se de Deus - e age somente pela necessidade de sua natureza - trata-se tanto de Deus como do homem. Assim como Deus é necessário para sua própria essência, o ser humano é necessário pela potência da causa imanente que o produz, qual seja, a potência de Deus. Exprimindo a potência divina que lhe é imanente, o ser humano é uma potência singular de existir e agir que pode ser determinada pelas operações de causas externas e ser subjugada por elas na paixão, mas que, ao contrário, pode também exercer-se ativamente quando está internamente determinada pela natureza do agente, que é, assim, a causa interna necessária, completa e total do que deseja, pensa, sente e faz, e é isto sua liberdade” (Parte I da *Ética*).

A ruptura de Espinosa com essa tradição teológica-metafísica pode ser percebida quando ele concebe a causa de si como existência necessária da essência, ou seja, deduz da causa de si a necessidade que constitui a ação livre do ser absoluto, pois, é livre o que existe somente pela necessidade de sua natureza e se determina por si só a agir. “(…) por causa de si entendo aquilo cuja essência envolve existência, ou seja, cuja natureza não pode ser concebida se não existente” (Parte I da *Ética*).

Sendo assim, Deus é causa livre porque age pela necessidade de sua natureza e não pela escolha de sua vontade. Isso significa que a essência e a potência divina são idênticas e, logo, tudo o que é, surge necessariamente da potência ou essencial de Deus.

Sabemos, então, que a essência e potência de Deus são idênticas. Essa identidade se expressa como Natureza Naturante quando contemplada como causa eficiente imanente às suas modificações infinitas e finitas. E chamada de Natureza Naturada, quando contemplada como ordem e conexão necessária de modificações infinitas e finitas às suas causa produtoras.

Espinosa recupera o sentido original de virtú como força, desligando essa ideia da opinião e do costume da época, para poder entendê-la nas operações e ações naturais, nas regras em que a natureza produz todas as coisas e suas mudanças.

Se a potência de agir ou a virtude da natureza é sempre universal, não pode haver partes da natureza contrárias ou independentes dela, sendo assim, o homem não pode ser um poder rival da natureza e contrário a ela, e nem seus afetos podem ser considerados vícios de sua vontade.

A necessidade, identidade, unidade e universalidade das operações naturais exigem que seja uma só e a mesma maneira de conhecer a natureza das coisas, sendo assim, é preciso que seja universal. Ou seja, a natureza humana, os afetos, as paixões e as ações são parte da natureza e devem ser conhecidas, entendidas e explicadas pelas mesmas leis e regras das coisas naturais.

Como dito no início, uma das maiores preocupações de Espinosa é a servidão humana, em todas as suas formas. Por este motivo, ele voltou seu pensamento para as causas reais e os efeitos reais da servidão como ilusão de liberdade. Buscando caminhos pelos quais a verdadeira liberdade pudesse torna-se desejada e acessível a todos os seres humanos.

Espinosa fez um estudo para descobrir as possíveis causas da servidão chegando ao resultado de que a servidão humana se encontra na superstição religiosa, na tirania teológica e no despotismo político. Ao buscar essas causas, Espinosa percebeu que elas se encontravam em nós mesmos. Assim, questionou a possibilidade do que poderia ser feito para controlar essas causas, dedicando uma parte de sua obra para caracterizar o caminho de liberdade.

A servidão não resulta dos afetos, mas das paixões. Resulta da força de algumas dessas paixões sobre outras. Tudo o que existe tem em sua essência um esforço por perseverar existindo que Espinosa denomina conatus. A servidão é o momento em que a força interna do conatus, tendo-se tornado excessivamente enfraquecida sob a ação das forças externas, submete-se a elas. A servidão é se deixar habitar pela exterioridade, se deixar governar por ela, e principalmente, para Espinosa, a servidão é a alienação.

Através disso, Espinosa nos libera do peso esmagador da tirania do imaginário da transcendência, imaginário do medo e do terror, nos fazendo compreender os afetos e descobrir que a liberdade é a potência do corpo e da mente para a pluralidade simultânea.

A ligação entre a mente e o corpo não é algo que acontece a ambos, mas é o que ambos são quando são corpo e mente humanos simultaneamente. Eles são isonômicos, isto é, estão sob as mesmas leis e sob os mesmos princípios, expressos diferenciadamente. Não havendo nenhum tipo de hierarquia entre suas funções, rompendo com a ideia presente na época de que existiria sim uma relação de hierarquia entre mente e corpo.

Certamente, dentre os principais aspectos da obra de Espinosa está a afirmação da necessidade livre ou da livre necessidade e a subversão dos conceitos de paixão e ação. A definição da liberdade como o que segue da necessidade da essência ou natureza de um ser é o centro da mudança dos conceitos de paixão e ação.

Para a tradição, paixão e ação eram termos reversíveis: a paixão era o lugar de recepção de uma ação, já a ação era lugar de onde partia uma operação. Porém, essas posições podem se inverter na relação entre a alma e o corpo, assim o que é uma paixão da alma será uma ação do corpo e o que é uma ação da alma, paixão do corpo.

Para Espinosa, porém, paixão e ação deixam de ser termos reversíveis para se tornarem distintos, de tal maneira que a uma mente passiva não corresponde um corpo ativo, nem um corpo passivo corresponde uma mente ativa, pois corpo e mente são passivos ou ativos juntos e simultaneamente.

Cada indivíduo é uma potência singular de existir e agir, um conatus ou esforço de auto-perseveração no ser. Sendo assim, quando nosso corpo e nossa mente, operam simultaneamente, são passivos quando determinados pela força de potências externas e são ativos quando determinados exclusivamente pelas leis necessárias de sua própria essência.

Com isso, Espinosa demonstra que aquele que tem um corpo apto à pluralidade de afetos simultâneos tem uma mente apta à pluralidade de ideias simultâneas, de maneira que a liberdade humana é potência para o múltiplo simultâneo quando este se explica apenas pelas leis necessárias de nossa natureza.

A partir dessas ideias é possível dizer que a virtude em Espinosa é a própria liberdade como força do corpo e da mente para afirmar-se como causa adequada ou causa eficiente interna total de suas ações, ou seja, para ser plenamente uma potência de agir que encontra em si mesma a causa total de suas ações.

"não se pode conceber nenhuma virtude anterior a esta, isto é, ao esforço para se conservar a si mesmo. E o esforço para se conservar (o conatus) é o primeiro e único fundamento da virtude" (Parte I da *Ética*).

A virtude em Espinosa pode ser dividida em duas. A virtude do corpo é o poder de afetar de inúmeras maneiras simultâneas outros corpos e ser por eles afetado de inúmeras maneiras simultâneas, pois o corpo é um indivíduo que se define tanto pelas relações internas quanto externas.

Já na virtude da alma, seu conatus próprio, é a sua força interior e dependerá, portanto, de sua capacidade para interpretar as imagens de seu corpo e dos corpos exteriores, passando delas as ideias propriamente ditas e das quais é a única causa possível. Em suma, passar da condição de causa inadequada à de causa adequada exige passarmos das ideias inadequadas às adequadas, de sorte que, para nossa alma, conhecer é agir e agir é conhecer.

Sendo assim, podemos dizer que a virtude é, por um lado, um movimento e um processo de interiorização da causalidade e, por outro, a instauração de nova relação com a exterioridade. A originalidade de Espinosa está em considerar que essa possibilidade e esse processo são dados pelos próprios afetos e não sem eles ou contra eles.

Para Espinosa a alegria e todos os afetos dela derivados, mesmo quando passiva, é o sentimento do aumento da força para existir. O desejo que nasce da alegria é mais forte do que o desejo que nasce da tristeza. Espinosa nos mostra, então que a alegria e o desejo nascido da própria alegria são os afetos mais fortes.

Por fim, no que concerne ao campo político, uma vez definida a servidão como esse padecimento por causas externas e a liberdade como obediência somente à própria necessidade, fica clara também a opção de Espinosa pela democracia como o melhor dos

regimes políticos. Somente na democracia pode a multidão obedecer apenas a sua própria necessidade, sem ser serva de superstições e medo, e ser uma sociedade livre.

V. Conclusões

Após o estudo apresentado sobre duas grandes obras de Maquiavel e sobre o pensamento político de Espinosa é possível perceber certas diferenças na maneira de pensar política.

Uma dessas diferenças é considerada uma das mais importantes entre “O Príncipe” e o “Discurso da primeira década de Tito Lívio”, a de perspectiva. Enquanto no primeiro livro as questões políticas são tratadas da ótica do príncipe (ou do governante), na segunda obra Maquiavel procura avaliar o quadro social na sua totalidade e oferecer uma visão global do sistema político.

Neste sentido, dado que não se trata mais de analisar principados, e sim repúblicas, não existe, nos Discursos, uma personagem central. Também o destinatário é outro: não se trata mais de aconselhar um príncipe, e sim de esclarecer um leitor muito mais genérico, embora a pretensão de produzir um livro que tenha “sentido prático” continue presente.

Já na relação entre Maquiavel e Espinosa, podemos perceber que a perspectiva política que ambos têm em relação à física do social que se encontra subjacente, consiste em refletir sobre as condições materiais do auto pertencimento de uma comunidade política.

Em nenhuma circunstância será o caso de condenar os jogos de forças correntes como se representassem decantações desviadas de um modelo de qualquer ordem. Trata-se, em suma, de investigar de quais táticas afirmativas uma comunidade política pode lançar mão de modo a fomentar a sua liberdade até o ponto de reduzir a um mínimo as formas correntes de servidão.

Além disso, é possível destacar as diferentes concepções sobre o conceito de virtude. Enquanto na obra “O Príncipe” a virtú diz respeito às habilidades ou virtudes necessárias ao governante, para Espinosa a virtude é a própria liberdade como força do corpo e da mente para afirmar-se como causa adequada ou causa eficiente interna total de suas ações, isto é, uma potência de agir que encontra em si mesma a causa total de suas ações.

VI. Referências

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 1. Ed. São Paulo: Escala, 2002, 127 p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – 12).

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, 471 p.

CHAUI, Marilena. **Política em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 344 p.

CHAUI, Marilena. **Espinosa, uma filosofia de liberdade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995, 144 p. (Coleção Logos).

ESPINOSA, Baruch. **Tratado político**. Tradução: Diogo Pires Aurélio, revisão: Homero Santiago, São Paulo: Martins Fontes, 2009.

NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.